

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.496
Preferenciais	10.336
Total	21.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.139.853	1.209.889
1.01	Ativo Circulante	506.993	593.538
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	69.168	65.838
1.01.02	Aplicações Financeiras	28.103	120.122
1.01.03	Contas a Receber	151.256	148.799
1.01.03.01	Clientes	147.352	143.685
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.904	5.114
1.01.04	Estoques	161.487	168.114
1.01.06	Tributos a Recuperar	72.827	61.891
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	72.827	61.891
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.193	2.160
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.959	26.614
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9.959	0
1.01.08.03	Outros	0	26.614
1.02	Ativo Não Circulante	632.860	616.351
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	87.660	99.437
1.02.01.03	Contas a Receber	8.763	4.734
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.763	4.734
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	25.674	22.317
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	25.674	22.317
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	53.223	72.386
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	53.223	50.911
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	21.475
1.02.02	Investimentos	80.489	92.836
1.02.02.01	Participações Societárias	9.356	21.703
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.893	15.240
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.463	6.463
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	71.133	71.133
1.02.03	Imobilizado	458.203	416.581
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	458.203	416.581
1.02.04	Intangível	6.508	7.497
1.02.04.01	Intangíveis	6.508	7.497

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.139.853	1.209.889
2.01	Passivo Circulante	438.184	357.704
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.543	16.350
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.777	6.151
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	25.766	10.199
2.01.02	Fornecedores	123.776	59.570
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59.897	52.273
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	63.879	7.297
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.441	9.199
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.421	3.091
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	486	856
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	7.935	2.235
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	20.690	5.673
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	330	435
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	212.589	231.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	184.029	199.738
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	28.484	40.700
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	155.545	159.038
2.01.04.02	Debêntures	28.560	31.750
2.01.05	Outras Obrigações	40.835	41.097
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.188	1.188
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.188	1.188
2.01.05.02	Outros	39.647	39.909
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	10.157	11.210
2.01.05.02.04	Verbas diretas	6.384	5.550
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	10.046	11.013
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	129	2.142
2.01.05.02.08	Financiamento de impostos	2.678	2.909
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	10.253	7.085
2.02	Passivo Não Circulante	192.890	333.289
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	138.211	279.219
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	109.611	222.059
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	91.697	110.664
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	17.914	111.395
2.02.01.02	Debêntures	28.600	57.160
2.02.02	Outras Obrigações	10.975	9.695
2.02.02.02	Outros	10.975	9.695
2.02.02.02.03	Financiamento de impostos	1.820	2.957
2.02.02.02.04	Contas e serviços a pagar	7.065	6.738
2.02.02.02.05	Instrumentos financeiros	2.090	0
2.02.03	Tributos Diferidos	24.330	35.692
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.330	35.692
2.02.04	Provisões	19.374	8.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.374	8.683
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.803	2.648
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.181	3.267

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.314	2.768
2.02.04.01.05	Provisões para perda com investimentos	5.076	0
2.03	Patrimônio Líquido	508.779	518.896
2.03.01	Capital Social Realizado	198.002	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	262.858	296.291
2.03.04.01	Reserva Legal	22.148	22.148
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	370	33.456
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	240.340	240.687
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	24.466	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.852	23.222
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	909

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	429.428	1.178.164	362.299	1.041.691
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-276.442	-791.714	-241.969	-670.328
3.03	Resultado Bruto	152.986	386.450	120.330	371.363
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-112.028	-338.549	-92.951	-283.464
3.04.01	Despesas com Vendas	-76.201	-224.619	-71.837	-205.396
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.987	-69.398	-29.195	-87.387
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-12.605	-28.064	758	-6.130
3.04.04.01	Honorários da administração	-2.275	-6.613	-2.115	-6.066
3.04.04.02	Depreciação e amortização	-1.732	-5.935	-2.796	-8.270
3.04.04.04	Outras despesas operacionais liquidas	-8.598	-15.516	5.669	8.206
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-235	-16.468	7.323	15.449
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	40.958	47.901	27.379	87.899
3.06	Resultado Financeiro	-6.099	-19.083	-16.753	-30.756
3.06.01	Receitas Financeiras	12.751	126.196	60.374	145.691
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.850	-145.279	-77.127	-176.447
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	34.859	28.818	10.626	57.143
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.597	-4.306	-15.623	-22.665
3.08.01	Corrente	-4.077	-15.667	265	0
3.08.02	Diferido	-3.520	11.361	-15.888	-22.665
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.262	24.512	-4.997	34.478
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.262	24.512	-4.997	34.478
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	27.262	24.512	-4.997	34.478
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-225	-1.325	1.460	1.520
4.02.01	Realização do custo atribuído	-148	-370	-233	-233
4.02.02	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-77	-955	1.693	1.753
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.037	23.187	-3.537	35.998

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	155.418	148.828
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	73.166	105.102
6.01.01.01	Lucro líquido do período	24.512	34.478
6.01.01.02	Depreciação e amortização	20.319	18.607
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	16.468	-15.449
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	1.561	354
6.01.01.05	Constituição de provisão para redução do valor recuperável	1.347	1.000
6.01.01.06	Constituição de provisão para contingências	-119	3.030
6.01.01.07	Reversão de provisão para perda de estoque	-1.343	-112
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	-23.630	126.182
6.01.01.09	Constituição de IR e CS diferidos	-11.361	22.665
6.01.01.10	Ajuste a valor de mercado	59.102	-75.614
6.01.01.11	Incentivo fiscal	-219	0
6.01.01.12	Crédito de INSS	-14.821	-10.039
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para reestruturação	1.350	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	82.252	43.726
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-5.014	30.710
6.01.02.02	Estoques	7.886	11.338
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	1.573	13.593
6.01.02.04	Créditos com controladas	-1.245	-855
6.01.02.05	Outros créditos	-10.122	-1.450
6.01.02.06	Fornecedores	64.206	13.058
6.01.02.07	Tributos a recolher	20.163	-15.095
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	15.193	498
6.01.02.09	Fretes a pagar	-967	0
6.01.02.10	Provisão para contingências	0	-1.181
6.01.02.11	Outras contas a pagar	2.884	-13.572
6.01.02.12	Financiamento de impostos	-1.369	507
6.01.02.13	Dividendos propostos	0	-11.252
6.01.02.14	Instrumentos financeiros derivativos	-10.936	17.427
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	19.548	-214.749
6.02.01	Intangível	-228	-804
6.02.02	Imobilizado	-72.244	-50.217
6.02.03	Recebimento de dividendos	0	1.486
6.02.04	Aplicação financeira	92.020	-165.214
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-171.636	37.208
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	61.098	227.070
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-146.721	-123.357
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-11.060	-8.886
6.03.05	Amortização de principal de debêntures	-28.560	-14.280
6.03.06	Amortização de juros de debêntures	-11.883	-27.689
6.03.07	Dividendos distribuídos	-34.510	-15.650
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.330	-28.713
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.838	127.590
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	69.168	98.877

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	296.291	0	24.131	518.896
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-218	0	0	-218
5.02.01	Ajuste de reservas de incentivos fiscais	0	0	-218	0	0	-218
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	296.073	0	24.131	518.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	129	0	-33.585	0	0	-33.456
5.04.01	Aumentos de Capital	129	0	-129	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.456	0	0	-33.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	24.882	0	-1.325	23.557
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	24.512	0	0	24.512
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	370	0	-1.325	-955
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-955	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	370	0	-370	0
5.07	Saldos Finais	198.002	601	287.370	0	22.806	508.779

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.650	0	0	-15.650
5.04.08	Distribuição de dividendos complementares	0	0	-15.650	0	0	-15.650
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	233	34.478	1.520	36.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.478	0	34.478
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	233	0	1.520	1.753
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.753	1.753
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	233	0	-233	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	219.969	34.478	24.500	477.421

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	1.282.866	1.143.781
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.335.283	1.181.874
7.01.02	Outras Receitas	-51.137	-38.093
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-49.678	-39.374
7.01.02.02	Outras receitas	-1.459	1.281
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.280	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-949.448	-826.261
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-746.391	-701.564
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-226.496	-130.246
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	31.843	36
7.02.04	Outros	-8.404	5.513
7.03	Valor Adicionado Bruto	333.418	317.520
7.04	Retenções	-20.825	-18.606
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.825	-18.606
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	312.593	298.914
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	109.727	161.140
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.468	15.449
7.06.02	Receitas Financeiras	126.195	145.691
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	422.320	460.054
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	422.320	460.054
7.08.01	Pessoal	131.420	124.903
7.08.01.01	Remuneração Direta	76.067	75.711
7.08.01.02	Benefícios	27.197	24.926
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.663	8.293
7.08.01.04	Outros	19.493	15.973
7.08.01.04.01	Honorários da administração	6.613	6.065
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	9.397	7.252
7.08.01.04.03	Outros gastos	3.483	2.656
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	111.349	114.218
7.08.02.01	Federais	37.129	67.617
7.08.02.02	Estaduais	72.306	44.757
7.08.02.03	Municipais	1.914	1.844
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	155.039	186.456
7.08.03.01	Juros	145.279	176.400
7.08.03.02	Aluguéis	9.760	10.056
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.512	34.477
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.512	34.477

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.158.909	1.232.958
1.01	Ativo Circulante	524.668	630.756
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	85.249	103.773
1.01.02	Aplicações Financeiras	28.103	120.122
1.01.03	Contas a Receber	172.610	174.434
1.01.03.01	Clientes	168.634	169.283
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.976	5.151
1.01.04	Estoques	141.667	136.057
1.01.06	Tributos a Recuperar	72.887	61.944
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	72.887	61.944
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.193	2.160
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.959	32.266
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9.959	0
1.01.08.03	Outros	0	32.266
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	28.403
1.01.08.03.02	Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	0	3.863
1.02	Ativo Não Circulante	634.241	602.202
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	90.931	99.442
1.02.01.03	Contas a Receber	8.768	4.739
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.768	4.739
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	28.940	22.317
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	28.940	22.317
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	53.223	72.386
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	53.223	50.911
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	21.475
1.02.02	Investimentos	71.197	71.197
1.02.02.01	Participações Societárias	64	64
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64	64
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	71.133	71.133
1.02.03	Imobilizado	459.206	417.667
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	459.206	417.667
1.02.04	Intangível	12.907	13.896
1.02.04.01	Intangíveis	12.907	13.896

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.158.909	1.232.958
2.01	Passivo Circulante	461.956	380.773
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.671	16.517
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.893	6.228
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	25.778	10.289
2.01.02	Fornecedores	144.737	83.393
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59.920	52.318
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	84.817	31.075
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.502	9.237
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.482	3.129
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	498	870
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	7.984	2.259
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	20.690	5.673
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	330	435
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	212.589	231.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	184.029	199.738
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	28.484	40.700
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	155.545	159.038
2.01.04.02	Debêntures	28.560	31.750
2.01.05	Outras Obrigações	43.457	40.138
2.01.05.02	Outros	43.457	40.138
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	10.157	11.210
2.01.05.02.04	Verbas diretas	6.384	5.550
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	10.046	11.013
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	3.705	2.273
2.01.05.02.07	Financiamento de impostos	2.678	2.909
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	10.487	7.183
2.02	Passivo Não Circulante	188.174	333.289
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	138.211	279.219
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	109.611	222.059
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	91.697	110.664
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	17.914	111.395
2.02.01.02	Debêntures	28.600	57.160
2.02.02	Outras Obrigações	11.115	9.695
2.02.02.02	Outros	11.115	9.695
2.02.02.02.03	Financiamento de impostos	1.820	2.957
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	7.065	6.738
2.02.02.02.05	Instrumentos financeiros	2.230	0
2.02.03	Tributos Diferidos	24.330	35.692
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.330	35.692
2.02.04	Provisões	14.518	8.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.518	8.683
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.925	2.648
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.279	3.267
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.314	2.768
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	508.779	518.896

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.01	Capital Social Realizado	198.002	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	262.858	296.291
2.03.04.01	Reserva Legal	22.148	22.148
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	370	33.456
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	240.340	240.687
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	24.466	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.852	23.222
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	909

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	430.297	1.179.834	363.464	1.044.689
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-277.846	-793.982	-242.895	-672.607
3.03	Resultado Bruto	152.451	385.852	120.569	372.082
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-110.563	-321.197	-100.529	-299.583
3.04.01	Despesas com Vendas	-76.201	-224.619	-71.837	-205.396
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.159	-69.854	-29.449	-88.045
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-11.203	-26.724	757	-6.142
3.04.04.01	Honorários da administração	-2.275	-6.613	-2.115	-6.065
3.04.04.02	Depreciação e amortização	-1.732	-5.935	-2.796	-8.270
3.04.04.03	Outras despesas operacionais liquidas	-7.196	-14.176	5.668	8.193
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.888	64.655	20.040	72.499
3.06	Resultado Financeiro	-6.908	-35.703	-9.359	-15.191
3.06.01	Receitas Financeiras	13.958	130.653	67.230	166.496
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.866	-166.356	-76.589	-181.687
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	34.980	28.952	10.681	57.308
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.718	-4.440	-15.678	-22.830
3.08.01	Corrente	-4.198	-15.801	210	-165
3.08.02	Diferido	-3.520	11.361	-15.888	-22.665
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.262	24.512	-4.997	34.478
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	27.262	24.512	-4.997	34.478
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	27.262	24.512	-4.997	34.478
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	27.262	24.512	-4.997	34.478
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-225	-1.325	1.460	1.520
4.02.01	Realização do custo atribuído	-148	-370	-233	-233
4.02.02	Diferenças cambiais de conversãode operações no exterior	-77	-955	1.693	1.753
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	27.037	23.187	-3.537	35.998
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	27.037	23.187	-3.537	35.998

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	133.052	161.805
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	55.910	123.321
6.01.01.01	Lucro líquido do período	24.512	34.478
6.01.01.02	Depreciação amortização	20.485	18.756
6.01.01.03	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	1.561	354
6.01.01.04	Constituição de provisão para redução ao valor recuperável	1.347	1.000
6.01.01.05	Constituição de provisão para contingências	-119	3.030
6.01.01.06	Reversão de provisão para perda de estoque	-1.343	-112
6.01.01.07	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	-24.584	128.245
6.01.01.08	Crédito de INSS	-14.821	-10.039
6.01.01.09	Constituição de IR CS diferidos	-11.361	22.665
6.01.01.10	Ajuste a valor de mercado	59.102	-75.056
6.01.01.11	Incentivo fiscal	-219	0
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para reestruturação	1.350	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	77.142	38.484
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-5.301	30.663
6.01.02.02	Estoques	-4.209	7.593
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	1.566	13.594
6.01.02.04	Créditos com controladas	-1.245	-855
6.01.02.05	Outros créditos	-63.787	-1.459
6.01.02.06	Fornecedores	119.575	13.067
6.01.02.07	Tributos a recolher	20.186	-15.097
6.01.02.08	Obrigações sociais trabalhistas	15.154	544
6.01.02.10	Fretes a pagar	-967	0
6.01.02.11	Provisão para contingências	0	-1.181
6.01.02.12	Outras contas a pagar	3.241	-15.067
6.01.02.13	Financiamento de impostos	-1.369	507
6.01.02.14	Dividendos propostos	0	-11.252
6.01.02.15	Instrumentos financeiros derivativos	-5.702	17.427
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	19.464	-214.749
6.02.01	Intangível	-228	-804
6.02.02	Imobilizado	-72.327	-50.217
6.02.03	Recebimento de dividendos	0	1.486
6.02.04	Aplicação financeira	92.019	-165.214
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-171.040	35.868
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	61.695	225.730
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-146.722	-123.357
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-11.060	-8.886
6.03.05	Amortização do principal de debêntures	-28.560	-14.280
6.03.06	Amortização de juros de debêntures	-11.883	-27.689
6.03.07	Dividendos distribuídos	-34.510	-15.650
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.524	-17.076
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	103.773	139.668
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	85.249	122.592

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	296.291	0	24.131	518.896	0	518.896
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-218	0	0	-218	0	-218
5.02.01	Ajustes de reserva de incentivos fiscais	0	0	-218	0	0	-218	0	-218
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	296.073	0	24.131	518.678	0	518.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	129	0	-33.585	0	0	-33.456	0	-33.456
5.04.01	Aumentos de Capital	129	0	-129	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.456	0	0	-33.456	0	-33.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	24.882	0	-1.325	23.557	0	23.557
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	24.512	0	0	24.512	0	24.512
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	370	0	-1.325	-955	0	-955
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-955	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	370	0	-370	0	0	0
5.07	Saldos Finais	198.002	601	287.370	0	22.806	508.779	0	508.779

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840	0	456.840
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840	0	456.840
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.650	0	0	-15.650	0	-15.650
5.04.08	Distribuição de dividendos complementares	0	0	-15.650	0	0	-15.650	0	-15.650
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	233	34.478	1.520	36.231	0	36.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.478	0	34.478	0	34.478
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	233	0	1.520	1.753	0	1.753
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.753	1.753	0	1.753
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	233	0	-233	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	219.969	34.478	24.500	477.421	0	477.421

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	1.287.806	1.147.232
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.340.223	1.185.325
7.01.02	Outras Receitas	-50.958	-38.093
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-49.678	-39.374
7.01.02.02	Outras receitas	-1.280	1.281
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.459	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-953.205	-828.971
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-749.978	-703.694
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-226.586	-130.351
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	31.843	36
7.02.04	Outros	-8.484	5.038
7.03	Valor Adicionado Bruto	334.601	318.261
7.04	Retenções	-20.962	-18.756
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.962	-18.756
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	313.639	299.505
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	126.230	166.697
7.06.02	Receitas Financeiras	126.230	166.697
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	439.869	466.202
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	439.869	466.202
7.08.01	Pessoal	131.626	124.990
7.08.01.01	Remuneração Direta	76.242	75.772
7.08.01.02	Benefícios	27.206	24.931
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.663	8.293
7.08.01.04	Outros	19.515	15.994
7.08.01.04.01	Honorários da administração	6.613	6.065
7.08.01.04.02	Participação dos empregados no lucro	9.397	7.252
7.08.01.04.03	Outros gastos	3.505	2.677
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	112.066	114.838
7.08.02.01	Federais	37.585	68.097
7.08.02.02	Estaduais	72.347	44.759
7.08.02.03	Municipais	2.134	1.982
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	155.062	191.896
7.08.03.01	Juros	145.302	181.840
7.08.03.02	Aluguéis	9.760	10.056
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	41.115	34.478
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.115	34.478

Comentário do Desempenho



Divulgação dos resultados do terceiro trimestre de 2016

Fortaleza – CE, 08 de novembro de 2016. – A J. Macêdo S.A. (“J.Macêdo”), Companhia líder nacional nos mercados de farinha para uso doméstico e mistura para bolos, divulga seus resultados do terceiro trimestre de 2016 (3T16). As informações operacionais e financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. As comparações referem-se ao terceiro trimestre de 2015 (3T15), salvo indicação contrária.

Mensagem da administração

Apesar dos índices negativos da atividade econômica brasileira e da alta taxa de desemprego, a Companhia vem buscando o incremento do resultado e crescimento das vendas, direcionando ações consistentes de eficiência operacional e progresso na sua estratégia.

No mês de agosto, apresentamos ao mercado a Campanha da nova marca Dona Benta. Embalagens reformuladas, novos sabores e receitas de misturas de bolos, aliadas a uma parceria firmada com um dos confeitores mais renomados do mundo, Buddy Valastro. Momento histórico, marcado pela inovação de uma das marcas mais conhecidas e tradicionais do país.

Apresentamos, até setembro de 2016, estabilidade no volume faturado, entretanto, obtivemos crescimento de 13,0% na receita bruta, passando de R\$ 1.185,3 milhões nos primeiros nove meses de 2015, para R\$ 1.338,8 milhões em 2016. No trimestre o crescimento na receita foi de 17,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Entramos no último trimestre do ano, confiantes de que os resultados planejados para o exercício serão alcançados. Acreditamos nas ações que estão sendo implementadas, na força das nossas marcas e na capacidade de atuação de nosso time.

A Administração.

Comentário do Desempenho



Destaques do período

- ☞ A receita bruta cresceu de R\$ 1.185,3 milhões nos 9M15 para R\$ 1.338,8 milhões no 9M16, um acréscimo de 13,0% no comparativo dos períodos;
- ☞ A receita líquida de impostos aumentou dos R\$ 1.044,7 milhões nos 9M15 para R\$ 1.179,8 milhões nos 9M16, um incremento de 12,9% entre os períodos apresentados;
- ☞ O Lucro líquido encerra os 9M16 com R\$ 24,5 milhões, 29,0% menor que o mesmo período do ano anterior. No 3T16 obtivemos um lucro de R\$ 27,3 milhões;
- ☞ O EBITDA nos 9M16 foi de R\$ 85,6 milhões, uma queda de 6,9% em relação aos R\$ 91,9 dos 9M15, contudo, no trimestre registramos um crescimento de 84,6%, passando de R\$26,7 para R\$49,3;
- ☞ Os investimentos no 9M16 totalizaram R\$ 72,5 milhões, valor 42,2% maior que os R\$ 51,0 milhões dos 9M15.

Principais destaques	3T16	3T15	3T16 X 3T15 (%)	9M16	9M15	9M16 X 9M15 (%)
Receita Bruta	484,3	412,6	17,4%	1.338,8	1.185,3	13,0%
Receita Líquida de Impostos	430,3	363,5	18,4%	1.179,8	1.044,7	12,9%
Faturamento						
Vendas em mil toneladas	198,7	193,5	2,7%	587,9	565,5	4,0%
Investimentos em imobilizado	28,5	18,4	54,9%	72,5	51,0	42,2%
Lucro Líquido	27,3	(5,0)	N/A	24,5	34,5	-29,0%
EBITDA	49,3	26,7	84,6%	85,6	91,9	-6,9%

Comentário do Desempenho



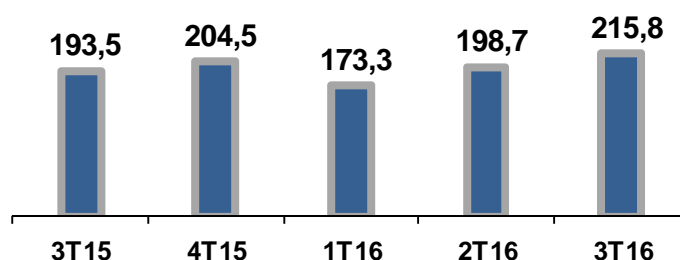
Desempenho Operacional

O volume de vendas apresentou, comparado ao terceiro trimestre do ano anterior, um aumento de 11,5%, causado pela recuperação nos volumes nas categorias de sobremesa, farinha e massa. A Companhia manteve, no trimestre, a política de priorizar a rentabilidade, adequando sua política comercial nas diversas categorias e canais.

Abaixo, segue volume de vendas da controladora.

Toneladas	3T16	3T15	3T16 X 3T15 (%)	9M16	9M15	9M16 X 9M15 (%)
Farinha e Farelo	159.902	137.359	16,4%	425.267	407.155	4,4%
Massa	40.555	36.910	9,9%	114.433	104.212	9,8%
Mistura para Bolo	8.893	11.513	-22,8%	26.958	32.117	-16,1%
Biscoito	3.728	3.783	-1,4%	10.536	11.602	-9,2%
Sobremesa	430	175	145,8%	1.318	1.269	3,9%
Fermento	641	675	-5,0%	1.686	1.545	9,2%
Subtotal	214.148	190.414	12,5%	580.199	557.899	4,0%
Outros	1.657	3.069	-46,0%	7.670	7.613	0,7%
Total	215.806	193.483	11,5%	587.869	565.512	4,0%

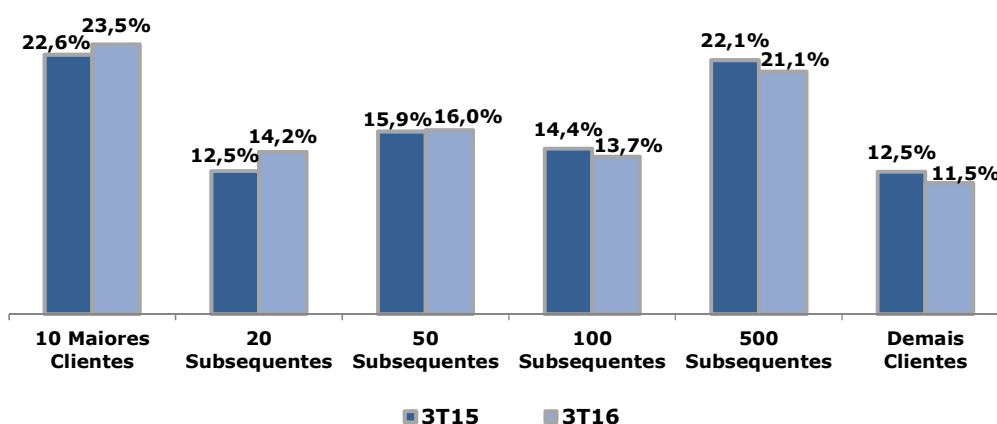
Volume de Vendas
(em toneladas)



Comentário do Desempenho



Neste trimestre, o percentual da receita bruta dos 10 maiores clientes da Companhia representou 23,5% das vendas brutas, mantendo-se praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior.



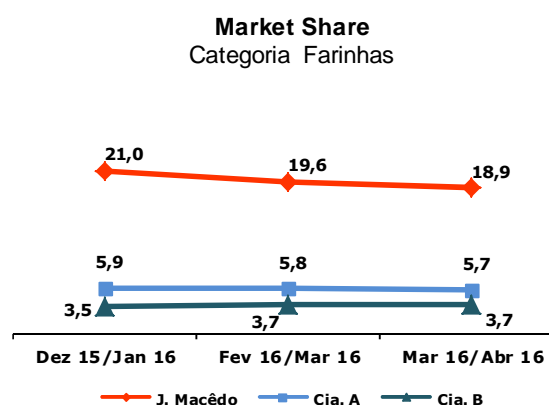
DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO

A Companhia apresenta a seguir as principais categorias e o desempenho por linha de produto.

Farinhas e Farelo:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas apresentou crescimento de 2,2% do ano móvel 2015 (Ago/Set'14 a Junho/Julho'15) para 2016 (Ago/Set'15 a Junho/Julho'16). A participação de mercado em volume da Companhia caiu de 22,6% para 20,2% no mesmo período.

A pesquisa realizada pela ACNielsen não considera o segmento de panificação, o qual contribuiu sensivelmente para o crescimento dos volumes totais de Farinhas.



A categoria de Farinhas e Farelo representou 53,6% da receita bruta da Companhia no 3T16 (3T15: 51,1%). A receita nesta categoria teve um crescimento de 13,7% comparando R\$ 612,1 em 9M15 com os R\$ 695,1 em 9M16.

Comentário do Desempenho



Massas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Massas caiu 1% no ano móvel de 2016 (Set/Out-15 a Jul/Ago-16) versus o ano móvel de 2015 (Set/Out-14 a Jul/Ago-15). A participação de mercado em volume da Companhia ficou estável no mesmo período.

A categoria de Massas representou 27,5% da receita bruta da Companhia no 3T16, mantendo a sua participação praticamente estável em relação aos 27,7% do 3T15. Nos primeiros nove meses do ano, a participação da receita desta categoria aumentou de 27,4% no 9M15 para 28,5% no 9M16 do total da receita bruta.

A receita de Massas aumentou 17,3% do 9M15 para o 9M16, impactada principalmente pela adequação de nossa política comercial.

Misturas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Misturas apresentou leve queda - 0,1% do ano móvel 2015 (Ago/Set'14 a Junho/Julho'15) para 2016 (Ago/Set'15 a Junho/Julho'16) A participação de mercado em volume da Companhia decresceu de 25,5% para 21,2% no mesmo período.

A participação da categoria de Misturas na receita bruta total da Companhia decresceu de 12,8% no 3T15 para 10,0% no 3T16.

Após o período de adequação da nova fábrica de misturas, a categoria segue retomando sua participação no mercado e consequente aumento na representatividade da receita bruta.

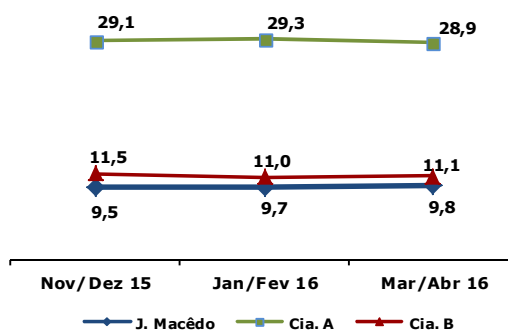
Outras categorias:

A categoria de Biscoitos representou 4,9% da receita bruta da Companhia no 3T16 (3T15: 5,5%). A receita nesta categoria permaneceu estável entre o 3T15 e 3T16.

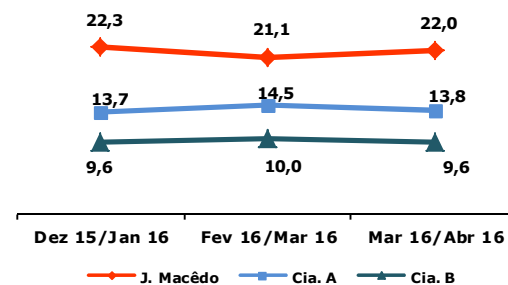
A categoria de Sobremesas representou 1,3% da receita bruta da Companhia no 3T16 (3T15: 0,6%). A receita nesta categoria aumentou 0,7 p.p. do 3T15 para o 3T16.

A categoria de Fermentos representou 2,7% da receita bruta da Companhia no 3T16 (3T15: 2,7%). A receita nesta categoria manteve-se estável do 3T15 para o 3T16.

Market Share
Categoria Massas



Market Share
Categoria Misturas



Comentário do Desempenho



Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

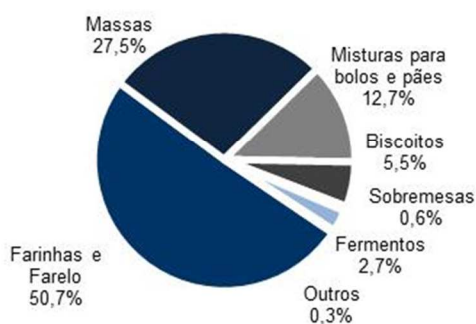
Principais Indicadores	3T16	3T15	3T16 X 3T15 (%)	9M16	9M15	9M16 X 9M15 (%)
Receita Bruta	484,3	412,6	17,4%	1.338,8	1.185,3	13,0%
Receita Líquida de Impostos	430,3	363,5	18,4%	1.179,8	1.044,7	12,9%
Lucro Bruto	152,5	120,6	26,5%	385,8	372,1	3,7%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	35,4%	33,2%	2,2 p.p.	32,7%	35,6%	-2,9 p.p.
Resultado antes do IR	35,0	10,7	227,1%	29,0	57,3	-49,4%
Margem Operacional (%)	8,1%	2,9%	5,2 p.p.	2,5%	5,5%	-3,0 p.p.
EBITDA	49,3	26,7	84,6%	85,7	91,9	-6,7%
Margem EBITDA (%)	11,5%	7,3%	4,2 p.p.	7,3%	8,8%	-1,5 p.p.

RECEITA BRUTA

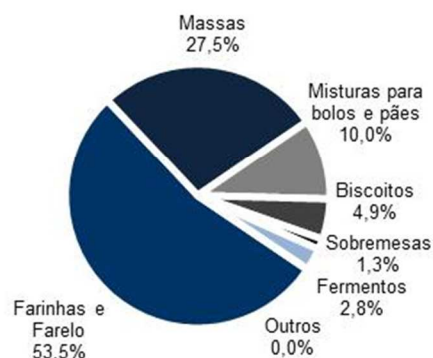
A receita bruta da Companhia acumulada totalizou R\$ 1.338,8 milhões nos 9M16, um acréscimo de 13,0% em relação a igual período de 2015 (R\$ 1.185,3 milhões). No 3T16, a receita foi de R\$ 484,3 um aumento de 17,4% em relação ao mesmo período de 2015.

A participação das categorias na composição da receita bruta manteve-se relativamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior conforme demonstrado.

Composição da Receita Bruta 3T15



Composição da Receita Bruta 3T16

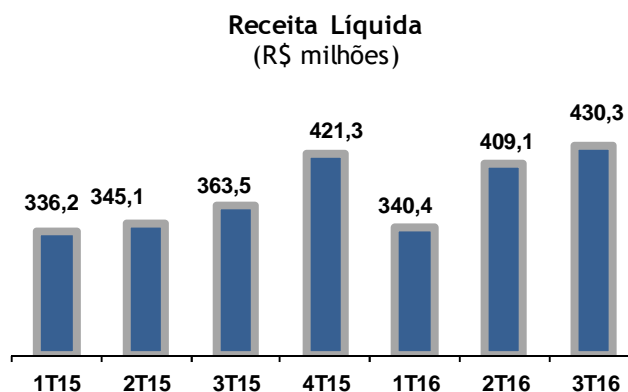


Comentário do Desempenho



RECEITA LÍQUIDA

A Companhia apurou uma receita líquida de R\$1.179,8 milhões nos 9M16, valor 12,9% maior que os 9M15. A margem operacional foi inferior 3,0 p.p., passando de 5,5% no 9M15 para 2,5% em 9M16. No 3T16 a receita líquida somou R\$ 430,3 milhões, um aumento de 18,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 363,5 milhões). A margem operacional líquida apresentou um aumento de 5,2 p.p., passando de 2,9% no 3T15 para 8,1% no 3T16.



CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 3T16 totalizaram R\$ 277,8 milhões, equivalentes a 64,6% da receita líquida, um aumento de 14,4% comparados aos R\$ 242,9 milhões (66,8% da receita líquida) registrados no 3T15. Nos 9M16, o valor registrado foi de R\$ 794,0 milhões, um aumento de 18,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

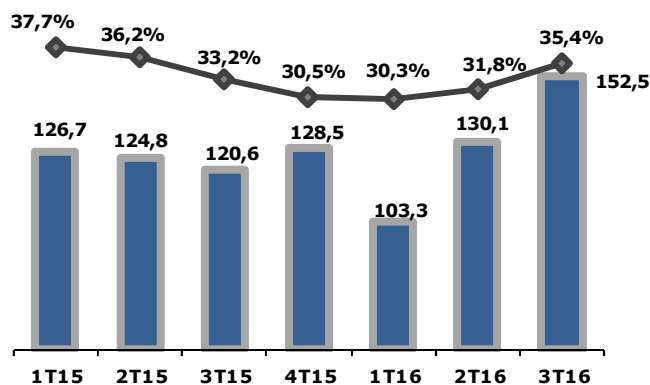
LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 3T16 foi de R\$ 152,5 milhões, um crescimento de 26,5% em relação aos R\$ 120,6 milhões no mesmo período do ano passado. No trimestre, este lucro representou 35,4% da receita líquida, enquanto no mesmo período do ano anterior representava 33,2%. Nos 9M16, o lucro bruto atingiu R\$ 385,8 milhões, um crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo valor foi de R\$ 372,1 milhões.

Comentário do Desempenho



Lucro Bruto e Margem Bruta (em R\$ milhões e em %)



DESPESAS OPERACIONAIS

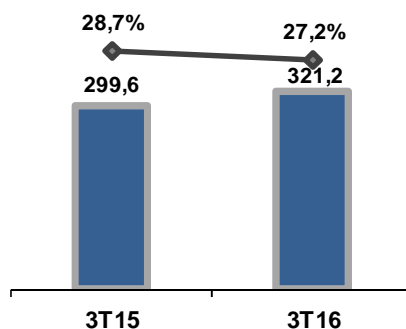
As despesas operacionais dos 3T16 totalizaram R\$ 110,6 milhões, correspondentes a 25,7% da receita líquida do mesmo período, 10,1% acima dos R\$ 100,5 milhões registrados no 3T15 (27,6% da receita líquida). Nos 9M16, as despesas somaram R\$ 321,2 milhões (27,2% da receita líquida), valor 1,5 p.p menor que o mesmo período do ano anterior (28,7% da receita líquida).

Despesas Operacionais	3T16	3T15	3T16 X 3T15 (%)	9M16	9M15	9M16 X 9M15 (%)
Vendas	(76,2)	(71,8)	6,1%	(224,6)	(205,4)	9,3%
Gerais e Administrativas	(23,2)	(29,5)	-21,4%	(69,9)	(88,0)	-20,6%
Honorários da Administração	(2,3)	(2,1)	9,5%	(6,6)	(6,1)	8,2%
Depreciação/Amortização	(1,7)	(2,8)	-39,3%	(5,9)	(8,3)	-28,9%
Outras Despesas/ Receitas	(7,2)	5,7	-226,3%	(14,2)	8,2	-273,2%
Total	(110,6)	(100,5)	10,0%	(321,2)	(299,6)	7,2%

Comentário do Desempenho



Despesas Operacionais e % RL (em R\$ milhões e em %)



RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	3T16	3T15	3T16 X 3T15 (%)	9M16	9M15	9M16 X 9M15 (%)
Receitas Financeiras	14,0	67,2	-79,2%	130,7	166,5	-21,5%
Despesas Financeiras	(20,9)	(76,6)	-72,7%	(166,4)	(181,7)	-8,4%
Total	(6,9)	(9,4)	-26,6%	(35,7)	(15,2)	134,9%

A Companhia registrou, no 3T16, resultado financeiro líquido negativo de R\$ 6,9 milhões, impactado principalmente pela baixa do Dólar, que reduziu o ganho com ajuste a valor de mercado dos derivativos. O resultado financeiro líquido negativo do 9M16 de R\$ 35,7 milhões.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

A Companhia encerra os 9M16 com lucro operacional de R\$ 29,0 milhões, um decréscimo de 49,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 57,3 milhões). No 3T16, a Companhia registrou R\$ 35,0 milhões, 227,1% superior ao mesmo período do ano anterior (R\$ 10,7 milhões).

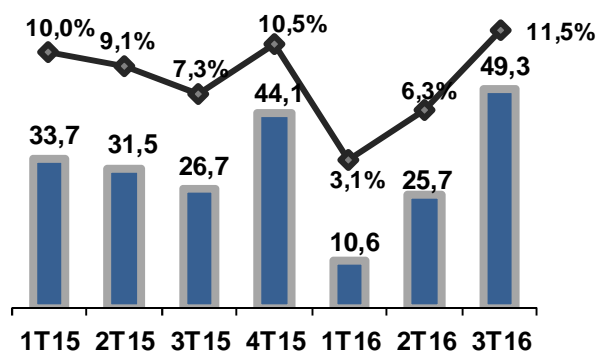
O EBITDA (*lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações*) acumulado dos 9M16 totalizou R\$ 85,7 milhões (margem de 7,3% da receita líquida), representando um decréscimo de 6,7% em relação aos R\$ 91,9 milhões (8,8% da receita líquida) do mesmo período do ano anterior.

Reconciliação do EBITDA	3T16	3T15	9M16	9M15
Lucro antes do IR e CS - LAIR	35,0	10,0	29,0	57,3
Depreciação/ Amortização Custos	5,7	3,8	15,0	11,1
Depreciação/ Amortização Despesas	1,7	2,8	5,9	8,3
Resultado Financeiro	6,9	9,4	35,7	15,2
EBITDA	49,3	26,0	85,7	91,9

Comentário do Desempenho



EBITDA e Margem EBITDA (em R\$ milhões e em %)



O EBITDA do 3T16 totalizou R\$ 49,3 milhões (margem de 11,5%), apresentando um crescimento de 84,6% em relação aos R\$ 26,7 milhões (margem de 7,3% da receita líquida) do mesmo período do ano anterior.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido registrado nos 9M16 foi de R\$ 24,5 mil, com margem líquida de 2,1%, enquanto que, no mesmo período do ano anterior, o lucro líquido de R\$ 34,5 milhões com margem líquida de 3,3% da receita líquida.

No trimestre, a Companhia fechou o período com lucro líquido de R\$ 27,3 milhões, enquanto que, no mesmo período do ano anterior, o resultado foi um prejuízo líquido de R\$ 5,0 milhões.

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	3T16	3T15	3T16 X 3T15 (%)	2T16	3T16 X 2T16 (%)
Curto Prazo	212,6	243,9	-12,8%	243,2	-12,6%
Empréstimos e Financiamentos	184,0	229,6	-19,9%	212,0	-13,2%
Debêntures	28,6	14,3	100,0%	31,2	-8,3%
Longo Prazo	138,2	322,3	-57,1%	165,2	-16,3%
Empréstimos e Financiamentos	109,6	250,9	-56,3%	122,3	-10,4%
Debêntures	28,6	71,4	-59,9%	42,9	-33,3%
Total Endividamento	350,8	566,2	-38,0%	408,4	-14,1%
(-) Caixa	(113,3)	(287,8)	-60,6%	(167,2)	-32,2%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	5,9	(71,3)	-108,3%	(27,7)	-121,3%
Dívida Líquida	243,4	207,1	17,5%	213,5	14,0%

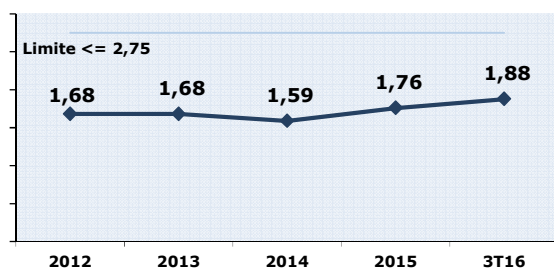
Comentário do Desempenho



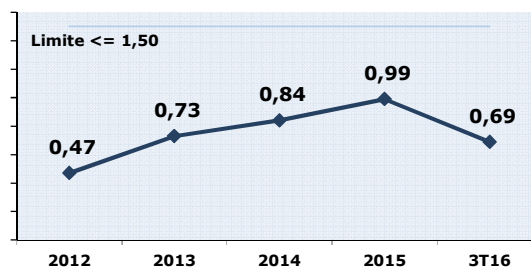
O total do endividamento da companhia foi 14,1% menor que o trimestre anterior, e 14,0% maior com relação à dívida líquida, quando comparado ao segundo trimestre. Esta redução deve-se, principalmente, aos pagamentos efetuados de empréstimos e debêntures, e da redução do ganho de ajuste a valor de mercado do SWAP.

Covenants	3T16	3T15	3T16 X 3T15 (%)	2T16	3T16 X 2T16 (%)
Dívida financeira líquida/Ebitda $\leq 2,75$	1,88	1,35	39,3%	1,99	-5,5%
Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido $\leq 1,50$	0,69	0,99	-30,3%	0,85	-18,8%
Ebitda/Despesas financeiras líquidas $\geq 1,75$	6,24	17,11	-63,5%	8,85	-29,5%

Dívida financeira líquida/Ebitda



Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido



Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida, continuaram em patamares robustos neste período, dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de financiamentos.

Investimentos

No 3T16, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 28,5 milhões, um aumento de 54,9% em relação aos R\$ 18,4 milhões em investimentos no 3T15. Nos 9M16, os investimentos totalizaram R\$ 72,4 milhões, valor 42,0% maior que o mesmo período no ano anterior.

Com a finalidade de melhorar sua competitividade e manter sua posição de liderança, a J. Macêdo segue com o plano de investimentos, principalmente em melhorias operacionais, focando em ganhos de produtividade com aumento de capacidade produtiva e na modernização das unidades com novas tecnologias.

Comentário do Desempenho



Desempenho Setorial

DESEMPENHO DO TRIGO

Mercado Internacional

No terceiro trimestre de 2016 foram colhidas importantes safras no hemisfério norte, com boa qualidade e produtividade, a exceção foi parte da Europa Ocidental, que sofreu com alto volume de chuvas no período. O bom desempenho das colheitas contribuiu para a elevação da produção mundial da safra 2016/2017, que, segundo o United States Department of Agriculture (USDA), passou de 730,83 milhões de Ton em junho para 744,85 milhões de Ton em setembro. Apesar deste incremento na produção, os estoques finais foram reduzidos de 257,84 para 249,07 milhões de Ton, impactados pelo aumento do consumo, sobretudo de trigo para ração. Mesmo com esta leve redução nos estoques, a situação segue bastante confortável para o abastecimento mundial, que, após 4 safras recordes consecutivas, possui estoques finais elevados, equivalentes a aproximadamente 120 dias do consumo mundial.

Diante da manutenção do cenário de ampla oferta global, o preço da commodity na bolsa de Kansas, que precifica o trigo tipo "hard", apresentou novas quedas, saindo de USD 4,04/bu em 30 de junho até atingir a mínima de USD 3,67/bu em 30 de agosto, o menor preço desde 2005. Após este período as cotações apresentaram recuperação, influenciada pela alta nos preços do milho, e encerraram setembro a USD 4,15/bu.

Na Argentina, após os vendedores restringirem ofertas de trigo do mercado entre os meses de maio e julho, para priorizarem os negócios de soja e milho, os preços voltaram a cair, pressionados pelos baixos preços internacionais. O trigo de baixa proteína, que chegou a ser ofertado a USD 220/Ton entre junho e julho, em setembro já era negociado a USD 175/Ton na condição FOB complexo de Up River.

Mercado Nacional

No mercado interno a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) elevou a projeção da safra 2016 de 5,88 para 6,16 milhões de Ton, com expressivo ganho de produtividade em relação à safra 2015 (alta de 30%).

Os preços seguiram em alta até a terceira semana de agosto, dada a baixa disponibilidade do cereal, cotado em aproximadamente R\$ 900/Ton na condição FOB no interior do PR e RS. Após este período, com a proximidade da entrada da nova safra, os preços recuaram fortemente, fechando setembro a R\$ 670/Ton no PR e R\$ 750/Ton no RS, com a colheita no PR, principal estado produtor, já em andamento.

A tendência para os próximos meses é de novas baixas nos preços, à medida que a colheita avance nos demais estados da região Sul e em países vizinhos, elevando consideravelmente a oferta na região.

Comentário do Desempenho



Pessoas & Gestão

Atenta às oportunidades de desenvolvimento do nosso Capital Humano e alinhada aos desafios estratégicos da J. Macêdo, neste terceiro trimestre, avançamos em mais uma etapa de capacitação do nosso time Gerencial implementando o quinto módulo da Academia de Liderança J. Macêdo, aonde trabalhamos o tema de Equipes de Alta Performance e realizamos o treinamento de Media Training. Até o mês de setembro, contabilizamos o investimento em 518 participações em módulos específicos para a liderança, realizados através da Academia J. Macêdo.

Realizamos neste trimestre, importantes avanços na implantação do Projeto de Excelência em SSMA (Segurança, Saúde e Meio Ambiente) em nossas Unidades Operacionais com a realização do lançamento do programa em cada unidade da nossa empresa com a etapa de sensibilização do time, realizamos workshop com a Diretoria, seminários com as lideranças corporativas e locais entre outras ações. O Projeto de Excelência em SSMA visa a excelência na gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente, uma maior disciplina operacional, ganhos em eficiência, produtividade e qualidade nas operações, além da conquista de zero acidente de trabalho.

Em agosto, como forma de valorizar o nosso público interno, colaboradores da J. Macêdo de todo o Brasil puderam conhecer em primeira mão as novidades da marca Dona Benta participando, através de link com transmissão ao vivo, da coletiva de imprensa realizada em São Paulo com jornalistas de todo o país e de um bate papo com Buddy Valastro, nosso novo parceiro comercial, em Nova York, diretamente da sua cozinha experimental, um esforço conjunto das áreas do negócio para proporcionar uma experiência única e agregadora ao time.

Em setembro, a J. Macêdo lançou em Fortaleza, o Programa J. Legal, uma iniciativa de compromisso social voltada para o capacitação, orientação e inserção de jovens no mercado de trabalho, realizada em parceria com a Rede Cidadã e com o apoio do BNDES. O Programa visa captar, formar e apoiar os jovens na conquista do primeiro emprego. Participam do J. Legal jovens com idade entre 18 a 24 anos, cursando ou já tendo concluído o ensino médio e que resida, preferencialmente, na comunidade de entorno da sede da J. Macêdo, em Fortaleza. A meta é atender cerca de 1.000 jovens cearenses ao final do Programa em três anos.

O terceiro trimestre foi encerrado com as comemorações dos 77 anos de história da J. Macêdo em nossos escritórios, centros de distribuição e unidades operacionais. Entre as ações comemorativas a data, a J. Macêdo lançou no mercado o seu novo site institucional, totalmente reformulado, com layout moderno e conteúdos diversificados.

Todas as áreas da empresa têm atuado em conjunto de forma sistematizada no fortalecimento e desenvolvimento do nosso Capital Humano através de iniciativas que visam um ambiente de trabalho cada vez mais estimulante, seguro e saudável, contribuindo para o crescimento sustentável e contínuo dos negócios da Companhia.

Comentário do Desempenho



Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro.

Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia e Controladas

1.1 Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitarem a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Reorganização societária

Em 17 de dezembro de 2015 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia.

Essa reorganização societária não representou qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, pois a Companhia já detinha o controle direto da entidade incorporada e teve como objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia.

O acervo líquido incorporado pela Companhia está assim representado:

Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	R\$
Ativo circulante	11.342
Ativo não circulante	15.835
Total do ativo	<u>27.177</u>
Passivo circulante	11
Passivo não circulante	2.441
Total do passivo	<u>2.452</u>
Acervo líquido incorporado	<u><u>24.725</u></u>

Notas Explicativas

3 Desativação de unidade

Por decisão estratégica da Companhia, no mês de maio de 2016, foram paralisadas as atividades de produção da filial situada em Pouso Alegre, MG. O volume de produção realizado por esta unidade foi transferido para a unidade da Companhia situada em São José dos Campos, SP. Os efeitos contábeis, quando aplicáveis, foram registrados dentro da devida competência. Conforme citado nas notas 16.2.2 e 29, respectivamente, realizamos reclassificação de imobilizado como bens destinados à venda e provisão para reestruturação.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2016 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 08 de novembro de 2016.

4.2 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

4.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, benefícios de curto prazo a empregados, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

5.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da Companhia, de suas controladas e da operação controlada em conjunto em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% Participação societária	
		30/09/2016	31/12/2015
(a) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
(b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

(a) **Cipolin (sociedade de capital fechado)** - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 1985 sob a razão social de "Cipolin S.A.", detendo a controladora a propriedade de 100% do capital social da Companhia que é constituído por 459.773.063 ações. A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo, substancialmente da Argentina, para a J. Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

(b) **Tergran (sociedade de capital fechado)** - A operação controlada em conjunto com as empresas Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação controlada em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detida pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração do resultado do período, na demonstração do resultado abrangente e no patrimônio líquido no balanço patrimonial da controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das informações trimestrais consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5.2 Controlada e operação controlada em conjunto

As informações trimestrais das controladas e da operação controlada em conjunto são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Notas Explicativas

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas informações trimestrais individuais da controladora, os investimentos de suas controladas e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos de acordo com a participação na entidade.

5.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

5.3.1 *Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

5.3.2 *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

5.4 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Impostos diferidos

O Grupo, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Notas Explicativas

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do período de elaboração das informações trimestrais, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das informações trimestrais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das informações trimestrais e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

5.5 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na nota explicativa 24.

5.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos - reconhecimento e mensuração

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Notas Explicativas

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

No período findo em 30 de setembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “*swap*” e “*forwards*”, demonstradas na nota explicativa 31.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente registrados no resultado do período.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis compreendem partes relacionadas, contas a receber de clientes e outros créditos.

a.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se

Notas Explicativas

qualifica como equivalente de caixa quanto tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Passivos financeiros não derivativos-mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

5.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável líquido, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- **Matérias primas** - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- **Produtos acabados e em elaboração** - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

5.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo

Notas Explicativas

menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa 16

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

5.9 Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato, o Grupo define se ele é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

5.10 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

Notas Explicativas

5.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

5.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Trimestralmente, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

b. Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

5.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas informações trimestrais, líquida de qualquer reembolso.

5.14 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas Explicativas

5.15 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas com instrumentos financeiros derivativos e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

5.16 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente do Grupo para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações do Grupo na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, mistura para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermento. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, o Grupo concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

5.17 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou as demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP

Notas Explicativas

aplicável às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas informações trimestrais. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

6.1 IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas informações trimestrais e nas suas divulgações.

6.2 IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS vai ter nas informações trimestrais e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

7 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	4.306	7.838	20.387	30.639
Equivalentes de caixa	64.862	58.000	64.862	73.134
	<u>69.168</u>	<u>65.838</u>	<u>85.249</u>	<u>103.773</u>

Os equivalentes de caixa referem-se a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,01% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2015: 100,77%) e estão destinadas à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

A Controlada Cipolin S.A. mantém seus recursos aplicados no Banco Safra - NY, em certificados de depósitos com correção de 0,25% a.a. (31 de dezembro de 2015: 0,25% a.a.), com prazo de 6 meses (31 de dezembro de 2015: 6 meses), no valor total de R\$ 11.032 (31 de dezembro de 2015: R\$ 14.809), e próximo vencimento para 04 de novembro de 2016 (31 de dezembro de 2015: 6 de janeiro de 2016). Estas aplicações não possuem qualquer restrição de saque, estando disponíveis para resgate imediato.

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa.

8 Aplicações financeiras

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	28.103	120.122
	<u>28.103</u>	<u>120.122</u>

As aplicações financeiras se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,01% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2015: 100,77%).

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Clientes no país	157.601	152.660	178.883	178.258
Desconto de verbas contratuais	(7.847)	(7.920)	(7.846)	(7.920)
Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(2.402)</u>	<u>(1.055)</u>	<u>(2.403)</u>	<u>(1.055)</u>
	<u>147.352</u>	<u>143.685</u>	<u>168.634</u>	<u>169.283</u>

Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Prazo:				
Valores a vencer:	146.717	141.608	167.999	167.206
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	7.482	7.687	7.482	7.687
de 31 a 60 dias	472	2.203	472	2.203
de 61 a 90 dias	319	143	319	143
Acima de 90 dias	2.611	1.019	2.611	1.019
	<u>157.601</u>	<u>152.660</u>	<u>178.883</u>	<u>178.258</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para o período findo em 30 de setembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	Controladora e consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(1.055)	(1.064)
Constituição de provisão	(1.347)	(1.680)
Reversões e baixas	-	1.689
Saldo final	<u>(2.402)</u>	<u>(1.055)</u>

Na nota explicativa 31.2.2 está demonstrado o montante de contas a receber por tipo de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Produtos acabados	48.779	40.596	48.779	40.596
Matérias primas	76.321	42.537	76.321	42.537
(Estoque de matéria prima de terceiros)	(7.117)	-	(7.117)	-
Materiais de produção	9.392	15.713	9.392	15.713
Materiais de manutenção e outros	8.331	6.503	8.357	6.526
Produtos em processo	1.344	3.905	1.344	3.905
Adiantamentos para compra de matéria prima (a)	24.437	58.860	4.591	26.780
	<u>161.487</u>	<u>168.114</u>	<u>141.667</u>	<u>136.057</u>

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 30 de setembro de 2016, o montante de adiantamentos com a controlada Cipolin foi de R\$ 19.846 (31 de dezembro de 2015: R\$ 32.080).

Notas Explicativas

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias primas e materiais de manutenção. Segue abaixo a movimentação para o período em 30 de setembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro 2015:

	Controladora e consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(4.482)	(4.676)
(Adições)/reversões	1.506	194
Saldo final	<u>(2.976)</u>	<u>(4.482)</u>

11 Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	30/09/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	14.502	10.250	24.753	8.790	16.668	25.458
ICMS a apropriar (b)	24.905	8.071	32.975	12.392	3.842	16.234
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.309	4.594	5.903	1.770	4.417	6.187
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.489	-	7.489	11.133	-	11.133
PIS a compensar (c)	6.636	3.210	9.846	6.265	4.634	10.899
COFINS a compensar (c)	16.803	27.098	43.901	20.519	21.350	41.869
Outros impostos e contribuições	1.183	-	1.183	1.022	-	1.022
	<u>72.827</u>	<u>53.223</u>	<u>126.050</u>	<u>61.891</u>	<u>50.911</u>	<u>112.802</u>

	Consolidado					
	30/09/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	14.502	10.250	24.752	8.790	16.668	25.458
ICMS a apropriar (b)	24.905	8.071	32.976	12.392	3.842	16.234
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.309	4.594	5.903	1.770	4.417	6.187
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.489	-	7.489	11.133	-	11.133
PIS a compensar (c)	6.636	3.210	9.846	6.265	4.634	10.899
COFINS a compensar (c)	16.803	27.098	43.901	20.519	21.350	41.869
Outros impostos e contribuições	1.243	-	1.243	1.075	-	1.075
	<u>72.887</u>	<u>53.223</u>	<u>126.110</u>	<u>61.944</u>	<u>50.911</u>	<u>112.855</u>

Os impostos e contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Referem-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, e, ao ICMS extraordinário do farelo de anos anteriores;

Notas Explicativas

- (b) Tratam-se de pagamentos antecipados de ICMS substituição tributária que serão apropriados no momento da venda; e
- (c) Crédito decorrente de pagamentos a maior e sobre aquisição de insumos e decorrente de ação transitada em julgado em 20 de fevereiro de 2015, no valor de R\$ 17.064, do direito de compensar o valor do indébito correspondente aos pagamentos dos tributos sobre a parte que excedeu a base de cálculo constitucionalmente prevista na importação.

12 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo.

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

J.Macêdo Alimentos S.A.

J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

MAC-DO Administração e Participações S.A.

BDM Participações Ltda.

Operação controlada em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na nota explicativa 5.1.

Empresas controladas

CIPOLIN S.A. - Companhia controlada, adquirida de sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A., conforme nota explicativa 5.1.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J. Macêdo.

Segue abaixo quadro das operações entre as partes relacionadas:

Companhias - Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Ativo circulante				
Cipolin S.A. (a) - Adiantamento a fornecedores	19.846	32.080	-	-
Cipolin S.A. (a) - Empréstimos a receber	-	-	-	3.863
	19.846	32.080	-	3.863
Ativo não circulante				
J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações - Empréstimos a receber	22.700	20.363	25.966	20.363
J. Macêdo Alimentos S.A. - Empréstimos a receber	2.974	1.954	2.411	1.954
	22.317	22.317	28.940	22.317

Notas Explicativas

	<u>25.674</u>			
Passivo circulante				
J. Macêdo Alimentos S.A - Dividendos a pagar	(1.709)	(7.953)	(1.709)	(7.953)
Mac-do Adm. e Participações S.A. - Dividendos a pagar	(4.974)	(2.000)	(4.974)	(2.000)
BDM Participações Ltda. - Dividendos a pagar	(3.461)	(868)	(3.461)	(868)
Cipolin S.A. (a) - Fornecedores	-	-	(3.266)	-
Tergran - Empréstimos a pagar	(1.188)	(1.188)	-	-
	<u>(11.332)</u>	<u>(12.009)</u>	<u>(13.410)</u>	<u>(10.821)</u>
Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Cipolin S.A. - Custo com importação de trigo	275.795	168.464	-	-
Pico da Caledônia - Despesa de deprec. dos bens arrendados	-	486	-	486
Pico da Caledônia - Despesas de juros com arrendamento financeiro	-	1.029	-	-
Pico da Caledônia - Despesas de aluguéis dos bens arrendados	-	342	-	-
Tergran - Custos portuários	2.090	1.678	-	-
	<u>277.885</u>	<u>171.999</u>	<u>-</u>	<u>486</u>

(a) Empréstimos e recebíveis entre Cipolin e J. Macêdo Alimentos S.A.;

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.083 (R\$ 13.000/ano 2016 e R\$ 13.000/ano 2015), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. Em 30 de setembro de 2016, as despesas com honorários da Administração foram de R\$ 6.613 (30 de setembro de 2015: R\$ 6.065). A provisão para participação nos resultados está demonstrada na nota explicativa 28.

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por aval, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, no que concerne a garantias, receberam avais da controladora J.Macêdo Alimentos S.A., representando em 30 de setembro de 2016, 43,15% (31 de dezembro de 2015: 51,09%) do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados nas notas explicativas 20 e 21.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	6.034
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para perda ao valor recuperável	668	294
Provisão para perdas com estoques	828	1.247
Provisão para contingências	3.976	3.658

Notas Explicativas

Provisão de honorários de êxito	1.119	1.187
Programa de participação nos resultados	2.524	217
Perda operação "swap"	2.416	68
Outras provisões	4.041	2.186
Provisões Indedutíveis	489	-
Total diferido ativo	16.061	14.891
Ágio Chiarini	(1.780)	(1.780)
Ganho operação "swap"	(1.799)	(13.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.389)	(9.574)
Valor justo propriedades para investimentos	(17.000)	(17.000)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(4.148)	(3.682)
Diferença depreciação fiscal	(6.275)	(5.172)
Total diferido passivo	(40.391)	(50.583)
Total de imposto diferido líquido	(24.330)	(35.692)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Corrente				
Imposto de renda	(10.865)	-	(10.998)	(121)
Contribuição social	(4.803)	-	(4.803)	(44)
	<u>(15.668)</u>	<u>-</u>	<u>(15.801)</u>	<u>(165)</u>
Diferidos				
Imposto de renda	7.799	(15.376)	7.799	(15.376)
Contribuição social	3.562	(7.289)	3.562	(7.289)
	<u>11.361</u>	<u>(22.665)</u>	<u>11.361</u>	<u>(22.665)</u>
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.307)	(22.665)	(4.440)	(22.830)

Notas Explicativas**Reconciliação da taxa efetiva**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	28.818	57.143	28.952	57.582
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	9.798	19.429	9.844	19.578
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	2.954	4.132	2.954	4.132
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	7.674	3.670	7.674	3.670
Realização de ajustes temporais	2.181	6.361	2.181	6.361
Adições temporárias				
Provisões temporárias	44.123	26.283	44.123	26.283
IR e CS diferida sobre adições temporárias				
Receitas de realizações futuras	(11.361)	22.665	(11.361)	22.665
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(7.871)	(27.286)	(7.871)	(27.286)
Realização de ajustes temporais	(5.863)	(429)	(5.863)	(429)
Reversão de provisões temporárias	(318)	(1.740)	(318)	(1.740)
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	(15.330)	(20.606)	(15.330)	(20.606)
Ganho de incentivos fiscais	(14.432)	(9.813)	(14.432)	(9.813)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(7.430)	-	(7.430)	-
Ajustes negativo do imposto de renda de períodos anteriores	199	-	199	-
Outros	(18)	-	(84)	15
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	4.306	22.665	4.440	22.830
Alíquota efetiva	14,94%	39,66%	15,10%	39,65%

Notas Explicativas**14 Investimentos**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Participações em empresas controladas e controlada em conjunto	2.893	15.240	-	-
Ágio (Nota 17)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	<u>9.356</u>	<u>21.703</u>	<u>64</u>	<u>64</u>

	<u>30/09/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Tergran</u>	<u>Cipolin</u>	<u>Tergran</u>	<u>Cipolin</u>
Informações sobre as controladas:				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	459.773.063	2.193.000	459.773.063
Participação no capital total e votante:	33,33%	100,00%	33,33%	100,00%
Ativo circulante	7.581	94.413	4.989	68.823
Ativo não circulante	3.024	3.266	3.273	-
Total de ativos	<u>10.605</u>	<u>97.679</u>	<u>8.262</u>	<u>68.823</u>
Passivo circulante	1.263	102.755	945	56.022
Passivo não circulante	660	-	-	-
Total de passivos	<u>1.923</u>	<u>102.755</u>	<u>945</u>	<u>56.022</u>
Capital social	9.204	10.576	9.204	10.576
Patrimônio líquido	8.682	(5.076)	7.317	12.801
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>455</u>	<u>(16.923)</u>	<u>(1.503)</u>	<u>13.136</u>

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos	30/09/2016			31/12/2015
	Tergran	Cipolin	Total	Total
Saldo inicial	2.439	12.801	15.240	26.349
Equivalência patrimonial (a)	454	(16.923)	(16.468)	12.256
Ajuste por incorporação	-	-	-	(24.864)
Ajuste por aumento de participação	-	-	-	23
Varição cambial de investimento no exterior	-	(954)	(955)	1.476
Saldo final	<u>2.893</u>	<u>(5.076)</u>	<u>2.183</u>	<u>15.240</u>

- (a) O resultado de equivalência da Cipolin no período foi negativo em R\$ 16.923, que corresponde a R\$ 11.846 registrados na conta de investimento e R\$ 5.077 registrados na provisão para perdas com investimentos.

15 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas pela empresa CPCON Gestão Patrimonial e Soluções Integradas Ltda., avaliadores independentes sediados no estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2015.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com a NBR 14653-2.

Os imóveis registrados como propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Saldo inicial	71.133	64.000
Reclassificações (a)	-	3.733
Ganho líquido de ajuste a valor justo	-	<u>3.400</u>
Saldo final	<u>71.133</u>	<u>71.133</u>

- (a) Referem-se a reclassificações de imóveis destinados a venda para propriedades para investimentos, conforme o CPC 28 - Propriedade para Investimento.

Notas Explicativas**16 Imobilizado****16.1 Controladora****16.1.1 Composição dos saldos**

	Taxas médias anuais de depreciação %	30/09/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
		Terrenos	-	27.441	-	27.441	27.441
Edificações e outros imóveis	3,20	251.343	(69.877)	181.466	167.545	(65.762)	101.783
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	235.708	(126.979)	108.729	246.423	(133.888)	112.535
Instalações	10,23	28.421	(11.070)	17.351	26.980	(9.626)	17.354
Móveis e utensílios	10,00	9.312	(6.668)	2.644	9.529	(6.603)	2.926
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.359	(6.781)	578	7.482	(6.719)	763
Veículos	16,91	3.189	(1.548)	1.641	9.684	(4.324)	5.360
Outros	18,16	6.507	(4.450)	2.057	6.924	(4.183)	2.741
		<u>569.280</u>	<u>(227.372)</u>	<u>341.907</u>	<u>502.008</u>	<u>(231.105)</u>	<u>270.903</u>
Imobilizado em andamento	-	41.194	-	41.194	115.783	-	115.783
Adiantamento a fornecedores	-	75.102	-	75.102	29.895	-	29.895
		<u>685.576</u>	<u>(227.372)</u>	<u>458.203</u>	<u>647.686</u>	<u>(231.105)</u>	<u>416.581</u>

16.1.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2015	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 30/09/2016
Terrenos	27.441					27.441
Edificações e outros imóveis	101.783	1.082	(822)	84.034	(4.611)	181.466
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	112.535	3.060	(6.475)	10.000	(10.393)	108.727
Instalações	17.354	1.552	(497)	882	(1.940)	17.351
Móveis e utensílios	2.926	249	(174)	5	(361)	2.645
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	763	145	(11)	9	(328)	578
Veículos	5.360	240	(3.313)	-	(645)	1.642
Outros	2.741	331	(215)	-	(800)	2.057
Imobilizado em andamento	115.783	15.349	(36)	(89.903)	-	41.193
Adiantamento a fornecedores	29.895	50.235	-	(5.027)	-	75.103
	<u>416.581</u>	<u>72.243</u>	<u>(11.543)</u>	<u>-</u>	<u>(19.078)</u>	<u>458.203</u>

Notas Explicativas

16.2 Consolidado

16.2.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	30/09/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.441		27.441	27.441	-	27.441
Edificações e outros imóveis	3,20	254.109	(71.912)	182.197	170.310	(67.714)	102.596
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	238.090	(129.168)	108.922	248.803	(136.031)	112.772
Instalações	10,23	28.767	(11.363)	17.404	27.276	(9.915)	17.361
Móveis e utensílios	10,00	9.375	(6.705)	2.670	9.592	(6.637)	2.955
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.467	(6.887)	580	7.590	(6.825)	765
Veículos	16,91	3.188	(1.548)	1.640	9.684	(4.324)	5.360
Outros	18,16	6.507	(4.451)	2.056	6.922	(4.183)	2.739
		<u>574.944</u>	<u>(232.034)</u>	<u>342.910</u>	<u>507.618</u>	<u>(235.629)</u>	<u>271.989</u>
Imobilizado em andamento (a)	-	41.194	-	41.194	115.783	-	115.783
Adiantamento a fornecedores	-	75.102	-	75.102	29.895	-	29.895
		<u>691.240</u>	<u>(232.034)</u>	<u>459.206</u>	<u>653.296</u>	<u>(235.629)</u>	<u>417.667</u>

(a) Referem-se, substancialmente, a investimentos para o aumento da capacidade de estocagem de trigo nas unidades de Salvador e Fortaleza, e aumento da capacidade produtiva e modernização, com novas tecnologias, na unidade de Simões Filho.

16.2.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2015	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 30/09/2016
Terrenos	27.441					27.441
Edificações e outros imóveis	102.596	1.082	(822)	84.034	(4.693)	182.197
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	112.772	3.060	(6.475)	10.000	(10.438)	108.919
Instalações	17.361	1.603	(497)	882	(1.945)	17.404
Móveis e utensílios	2.955	249	(174)	5	(365)	2.670
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	765	146	(11)	9	(328)	581
Veículos	5.360	240	(3.313)	-	(646)	1.641
Outros	2.739	331	(215)	-	(798)	2.057
Imobilizado em andamento	115.783	15.349	(36)	(89.903)	-	41.193
Adiantamento a fornecedores	29.895	50.235	-	(5.027)	-	75.103
	<u>417.667</u>	<u>72.295</u>	<u>(11.543)</u>	<u>-</u>	<u>(19.213)</u>	<u>459.206</u>

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o período findo em 30 de setembro de 2016 foi de R\$ 1.779 (31 de dezembro de 2015: R\$ 3.671). A taxa média utilizada para capitalização foi de 13,42% a.a. (31 de dezembro de 2015: 12,25% a.a.).

Em decorrência da desativação da unidade de Pouso Alegre, conforme citado na nota 3, determinados bens, correspondentes a R\$ 9.959, foram transferidos para bens destinados a venda.

Notas Explicativas

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

16.3 Composição da depreciação e amortização

Em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Depreciação	(18.538)	(16.755)	(18.673)	(16.904)
Despesa com amortização	(1.240)	(1.500)	(1.240)	(1.500)
Depreciação do custo atribuído	(540)	(352)	(540)	(352)
Depreciação/amortização no exercício	<u>(20.318)</u>	<u>(18.607)</u>	<u>(20.453)</u>	<u>(18.756)</u>

16.4 Ativos concedidos em garantias

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 o Grupo possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras e processos tributários, conforme apresentado abaixo:

Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Máquinas e equipamentos	83.277	79.834
Edificações	136.448	74.363
Instalações	13.129	12.426
Móveis e utensílios	1.730	1.775
Terrenos	13.240	13.240
Imobilizado em andamento	37.306	95.329
Outros	1.460	1.861
	<u>286.590</u>	<u>278.828</u>

17 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Total
Vida útil				
<u>Custo:</u>				
Em 31 de dezembro de 2015	48.454	6.399	48.454	54.853
Adições	228	-	228	228
Baixas	23	-	23	23
Em 30 de setembro de 2016	<u>48.705</u>	<u>6.399</u>	<u>48.705</u>	<u>55.104</u>
<u>Amortização:</u>				
Em 31 de dezembro de 2015	(40.957)	-	(40.957)	(40.957)
Amortização	(1.240)	-	(1.240)	(1.240)
Em 30 de setembro de 2016	<u>(42.197)</u>	<u>-</u>	<u>(42.197)</u>	<u>(42.197)</u>

Notas Explicativas

Valor contábil líquido:

Em 30 de setembro de 2016	6.508	6.399	6.508	12.907
Em 31 de dezembro de 2015	7.497	6.399	7.497	13.896

- (a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.
- (b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP e estes serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças, dos dois o menor

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Nacionais	59.897	52.273	59.920	52.318
Estrangeiros	63.879	7.297	84.817	31.075
	123.776	59.570	144.737	83.393

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, entre 7 e 60 dias, não havendo títulos vencidos.

19 Tributos a recolher

	Controladora					
	30/09/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	20.690	-	20.690	5.673	-	5.673
Imposto de renda e Contribuição Social	486	-	486	856	-	856
PIS e COFINS	7.328	-	7.328	-	-	-
INSS retido	490	-	490	425	-	425
ISS retido	330	-	330	297	-	297
Outros	117	-	117	1.948	-	1.948
	29.441	-	29.441	9.199	-	9.199
Consolidado						
	30/09/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	20.690	-	20.690	5.673	-	5.673
Imposto de renda e Contribuição Social	498	-	498	870	-	870
PIS E COFINS	7.328	-	7.328	-	-	-
INSS retido	490	-	490	425	-	425
ISS retido	330	-	330	297	-	297
Outros	166	-	166	1.972	-	1.972

Notas Explicativas

29.502	-	29.502	9.237	-	9.237
--------	---	--------	-------	---	-------

20 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a)		Controladora e Consolidado	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
FINAME (b)	Pré-fixado	3% a 6%	3% a 6%	21.462	22.706
	Pré-fixado, TJLP e	2,45% à	2,45% à		
FINEM BNDES (b)	moedas	4,5%	4,5%	98.719	119.013
Crédito Rural	Pré-fixado	10,50%	10,50%	-	9.645
Moeda estrangeira – US\$					
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	1,67% a 4,68%	1,67% a 3,01%	132.149	241.559
Imobilizado (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	2,07% a 6,43%	2,07% a 5,35%	41.310	28.874
				293.640	421.797
Circulante				184.029	199.738
Não circulante				109.611	222.059

- (a) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (c) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme nota explicativa 31.2.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
2017	19.294	139.497
2018	28.662	22.886
A partir de 2019	61.655	59.676
	109.611	222.059

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do período, dentre eles, citamos: a razão entre dívida financeira líquida por Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) menor ou igual a 2,75, dívida financeira bruta por patrimônio líquido menor ou igual a 1,50 e Ebitda por despesa financeira líquida maior ou igual a 1,75, os quais foram adequadamente cumpridos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Transações que não envolvem caixa

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e equivalentes a caixa, e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício. Estas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não

Notas Explicativas

transitando os recursos no caixa da Companhia. No período findo em 30 de setembro de 2016 o montante em aberto é de R\$ 26.922 (31 de dezembro de 2015: R\$ 28.874).

21 Debêntures (controladora e consolidado)

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	28.560	31.750
Não circulante	<u>28.600</u>	<u>57.160</u>
	<u>57.160</u>	<u>88.910</u>

Em 30 de setembro de 2016 o valor provisionado de juros foi R\$ 2.301 (31 de dezembro de 2015: R\$ 3.190).

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	-	28.560
2018	<u>28.600</u>	<u>28.600</u>
	<u>28.600</u>	<u>57.160</u>

Características da oferta

Debêntures	2ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

22 Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisões operacionais (a)	7.076	3.412	7.076	3.412
Fretes a pagar	10.046	11.013	10.046	11.013
Provisão de honorários de êxito	4.022	4.269	4.022	4.269
Verbas Diretas	6.384	5.551	6.384	5.551
Outras provisões	1.259	1.259	1.259	1.259
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (b)	701	2.541	701	2.541
Comissões a representantes	489	545	489	545
Outras contas a pagar	<u>3.086</u>	<u>1.796</u>	<u>3.320</u>	<u>1.796</u>
	<u>33.063</u>	<u>30.386</u>	<u>33.297</u>	<u>30.484</u>
Circulante	<u>25.998</u>	<u>23.648</u>	<u>26.232</u>	<u>23.746</u>
Não circulante	<u>7.065</u>	<u>6.738</u>	<u>7.065</u>	<u>6.738</u>

Notas Explicativas

- (a) Referem-se, em 30 de setembro de 2016, substancialmente, às provisões para reestruturação realizadas em dezembro de 2014, em decorrência da parada das atividades na filial situada em Jaguaré - SP, e, em decorrência da desativação da unidade de Pouso Alegre - MG, realizada em maio de 2016, cujos volumes de produção foram transferidos para a unidade situada em São José dos Campos - SP.
- (b) Saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$ 28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
2017	1.611	1.536
2018	1.661	1.584
A partir de 2019	<u>3.794</u>	<u>3.618</u>
	<u>7.065</u>	<u>6.738</u>

23 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado			
	Tributária	Trabalhista	Cível	Saldo
	(a)	(b)	(c)	líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.715</u>	<u>5.211</u>	<u>1.527</u>	<u>8.453</u>
Provisões	2.131	4.817	2.067	9.015
Reversão de provisões	(1.416)	(1.263)	(603)	(3.282)
Pagamentos/depósitos	-	(1.759)	(466)	(2.225)
Encargos financeiros	218	733	243	1.194
(-)Depósitos judiciais	-	(4.472)	-	(4.472)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.648</u>	<u>3.267</u>	<u>2.768</u>	<u>8.683</u>
Provisões	207	2.680	1.557	4.444
Reversão de provisões	(285)	(3.958)	(319)	(4.562)
Encargos financeiros	233	720	308	1.261
(-) Depósitos judiciais	-	322	-	322
Saldo em 30 de setembro de 2016	<u>2.803</u>	<u>3.032</u>	<u>4.314</u>	<u>10.148</u>

Notas Explicativas

O total de pagamentos efetuados nos nove primeiros meses de 2016 foi de R\$ 2.267 (31 de dezembro de 2015: R\$ 2.225), sendo R\$ 285 (31 de dezembro de 2015: R\$ 0) referente a contingências tributárias, R\$ 1.726 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.759) referente a contingências trabalhistas e R\$ 255 (31 de dezembro de 2015: R\$ 466) referente a contingências cíveis e administrativas.

(a) Tributárias

Em 30 de setembro de 2016, o Grupo figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 265.028 (31 de dezembro de 2015: R\$ 266.716), constituídas por R\$ 124.438 (31 de dezembro de 2015: R\$ 137.595) relativa a tributos federais; R\$ 139.786 (31 de dezembro de 2015: R\$ 128.110) relativa a impostos estaduais e R\$ 804 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.011) relativa a tributos municipais.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 30 de setembro de 2016, existiam diversas ações judiciais e administrativas trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 49.728 (31 de dezembro de 2015: R\$ 51.208).

Em 30 de setembro de 2016, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e depósitos recursais totalizavam o montante de R\$ 7.181 (31 de dezembro de 2015: R\$ 6.817). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

(c) Cíveis e administrativas

Em 30 de setembro de 2016, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 17.798 (31 de dezembro de 2015: R\$ 11.967).

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como réu refere-se, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de **risco possível**. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Tributária	167.631	171.429
Trabalhista	8.263	7.978
Cível	10.039	6.806
	<u>185.933</u>	<u>186.213</u>

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

Notas Explicativas

I) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 26.584, lavrado contra a Companhia em 25.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

II) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 10.164, lavrado contra a Companhia em 19.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Autor: Estado de São Paulo

I) Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 25.936, lavrado contra a Companhia em 21.11.1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.

II) Execução Fiscal no valor de R\$ 23.764, oriundo do Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 18.10.2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Após julgamento improcedente de Recurso Especial pelo TIT/SP, aguardamos o ajuizamento da Execução Fiscal para apresentação de Embargos à execução. Ajuizada Execução Fiscal nº 1500148-30.2015.8.26.0577.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

I) Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27.03.2006, no valor de R\$ 25.816 por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento deste imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

24 Subvenções governamentais (Controladora)

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia fez jus a R\$ 34.021 em subvenções estaduais (30 de setembro de 2015: R\$ 28.863). Para o período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuiu base para cálculo do lucro da exploração, registrando R\$ 2.411 relativo a subvenções federais (30 de setembro de 2015: não possui base de lucro da exploração).

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

24.1 ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias e redução de 75%, por 10 anos, de 2015 até 2024, na industrialização de

Notas Explicativas

trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27.06.1963, Decreto 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular junto à SUDENE.

24.2 **PROVIN (Estado do Ceará)**

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016 o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

24.3 **DESENVOLVE (Estado da Bahia)**

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009 e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

24.4 **PRODESIN (Estado de Alagoas)**

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas ("PRODESIN"), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

Notas Explicativas

25 Patrimônio líquido (Controladora)

25.1 Capital social

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia realizou um aumento de R\$129 no capital social mediante a capitalização de reserva de incentivos fiscais do reinvestimento do imposto de renda.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	30/09/2016	31/12/2015
Capital social	<u>198.002</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios são distribuídos somente no caso da Companhia apresentar lucro no exercício após excluídos os saldos de reserva legal e reserva de incentivos fiscais.

25.2 Reserva de capital/ lucros - Incentivos fiscais federais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda, registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme a Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais federais é registrado na conta de Reserva de Lucros.

25.3 Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais

Refere-se ao incentivo fiscal estadual de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na nota explicativa 24.

25.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2014, o ajuste de avaliação patrimonial reflexa representava a participação da Companhia sobre o custo atribuído contabilizado por sua controlada Pico da Caledônia. Com a realização da Incorporação da Pico da Caledônia pela Companhia, conforme citado na nota explicativa 2 o ajuste passou a compor o saldo da Companhia.

25.5 Destinação do lucro

Notas Explicativas

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

25.6 Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

26 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receita bruta de vendas	1.335.282	1.181.874	1.337.579	1.185.326
(-) Impostos	(107.440)	(101.809)	(108.067)	(102.263)
(-) Devoluções	(25.479)	(15.964)	(25.479)	(15.964)
(-) Abatimentos	(24.199)	(22.410)	(24.199)	(22.410)
	<u>1.178.164</u>	<u>1.041.691</u>	<u>1.179.834</u>	<u>1.044.689</u>

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

27 Custos e despesas operacionais

27.1 Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Matérias-primas e embalagens	(613.455)	(526.722)	(613.201)	(526.722)
Pessoal	(153.259)	(142.046)	(153.962)	(143.716)
Serviços de terceiros e Fretes	(204.023)	(184.916)	(204.372)	(185.488)
Depreciação e amortização	(20.825)	(19.212)	(20.960)	(19.362)
Outros	(106.717)	(104.548)	(108.509)	(105.095)
	<u>(1.098.279)</u>	<u>(977.444)</u>	<u>(1.102.193)</u>	<u>(980.383)</u>

27.2 Por função

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015

Notas Explicativas

Custos dos produtos vendidos	(791.714)	(670.327)	(795.172)	(672.607)
Despesas com vendas	(224.619)	(205.396)	(224.619)	(205.396)
Despesas gerais e administrativas (a)	(81.946)	(101.721)	(82.402)	(102.380)
	<u>(1.098.279)</u>	<u>(977.444)</u>	<u>(1.102.193)</u>	<u>(980.383)</u>

(a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

28 Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Ordenados e salários	(52.055)	(52.110)	(52.758)	(52.773)
Custos de previdência social	(21.808)	(17.186)	(22.060)	(17.413)
Participação nos resultados	(9.397)	(7.252)	(9.397)	(7.252)
	<u>(83.260)</u>	<u>(76.548)</u>	<u>(84.215)</u>	<u>(77.438)</u>

O Grupo concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

29 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	(5.008)	(4.640)	(5.008)	(4.640)
Ajuste de inventário	(1.532)	(441)	(1.532)	-
Participação nos resultados (a)	(9.397)	-	(9.397)	-
Provisão/Reversão para oper. descontinuada (b)	(1.350)	5.117	(1.350)	5.117
Provisão de honorários de êxito	247	4.400	247	4.400
Resultado na venda de imobilizado	(2.059)	124	(2.059)	124
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.280)	(986)	(1.280)	(986)
Contingências líquidas	(4.677)	(4.784)	(4.677)	(4.784)
Creditos extemporâneos (c)	10.619	10.039	10.619	10.039
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(1.087)</u>	<u>(623)</u>	<u>261</u>	<u>(1.077)</u>
	<u>(15.516)</u>	<u>8.206</u>	<u>(14.176)</u>	<u>8.193</u>

(a) Em 2015 a participação nos resultados para empregados era contabilizado na linha de despesas operacionais.

(b) A Companhia constitui provisões para reestruturação e desativação de unidades.

(c) Créditos extemporâneos de ICMS oriundos de transferência de farinha entre estados, de restituição de ICMS recolhido a maior e de PIS/COFINS sobre insumos.

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Variações monetárias e cambiais passivas	(51.931)	(120.147)	(51.931)	(120.147)
Ajuste a valor de mercado (Despesa)	(71.447)	(25.108)	(92.522)	(31.372)

Notas Explicativas

Juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.983)	(27.050)	(18.983)	(27.050)
Outras despesas financeiras	(1.905)	(1.803)	(1.907)	(1.803)
Outras despesas de juros	(598)	(1.790)	(598)	(753)
Tarifas bancárias	(415)	(549)	(415)	(562)
Despesas financeiras	(145.279)	(176.447)	(166.356)	(181.687)
Ajuste a valor de mercado (Receita)	12.346	100.724	16.774	121.437
Variações monetárias e cambiais ativas	98.111	25.216	98.110	25.216
Rendimentos de aplicações financeiras	13.429	18.370	13.459	18.398
Descontos obtidos	149	1.075	149	1.075
Outras receitas financeiras	930	306	930	371
PIS e Cofins s/ receita financeira	(881)	-	(881)	-
Outras receitas de juros	2.112	-	2.112	-
Receitas financeiras	126.196	145.691	130.653	166.497
Despesas financeiras líquidas	(19.083)	(30.756)	(35.703)	(15.190)

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

31.1 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

31.1.1 Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) e CPC 46 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do período. Os valores justos dos financiamentos registrados nas informações trimestrais aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento

Notas Explicativas

poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Bancos conta movimento	4.306	7.838	4.306	7.838
Equivalentes de caixa	64.862	58.000	68.480	58.000
Aplicações financeiras	28.103	120.122	24.485	120.122
Contas a receber	147.352	143.685	147.352	143.685
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	25.674	22.317	25.674	22.317
<u>Ativos financeiros derivativos</u>				
Operação de "swap"	6.468	48.089	6.468	48.089
	<u>276.765</u>	<u>400.051</u>	<u>276.765</u>	<u>400.051</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	293.640	421.797	428.678	496.010
Debêntures	57.160	88.910	57.160	88.910
Fornecedores	123.776	59.570	123.776	59.570
Arrendamentos mercantis financeiros	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.188	1.188	1.188	1.188
<u>Passivos financeiros derivativos</u>				
Operação de "swap"	8.687	2.142	8.687	2.142
	<u>484.451</u>	<u>573.607</u>	<u>619.489</u>	<u>647.820</u>
	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Bancos conta movimento	20.387	30.639	20.387	30.639
Equivalentes de caixa	64.862	73.134	68.480	73.134
Aplicações financeiras	28.103	120.122	24.485	120.122
Contas a receber	168.634	169.283	168.634	169.283
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	28.940	26.180	28.940	26.180
<u>Ativos financeiros derivativos</u>				
Operação de "swap"	6.468	48.089	6.468	48.089
Operação de "forward"	-	1.789	-	1.789
	<u>317.394</u>	<u>469.236</u>	<u>317.394</u>	<u>469.236</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	293.640	421.797	428.678	496.010
Debêntures	57.160	88.910	57.160	-
Fornecedores	144.737	83.393	144.737	83.393
<u>Passivos financeiros derivativos</u>				
Operação de "swap"	8.687	2.142	8.687	2.142
Operação de "forward"	3.576	131	3.576	131
	<u>507.799</u>	<u>596.373</u>	<u>642.838</u>	<u>581.676</u>

31.2 Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, operações de swap, debêntures, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Notas Explicativas

A alta administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

31.2.1 *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

Notas Explicativas

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
<u>Instrumentos de taxa fixa</u>				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(62.771)	(64.432)	(62.770)	(64.432)
	<u>(62.770)</u>	<u>(64.432)</u>	<u>(62.770)</u>	<u>(64.432)</u>
<u>Instrumentos de taxa variável</u>				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	68.480	58.000	68.480	73.134
Aplicações financeiras	24.485	120.122	24.485	120.122
Derivativos	6.468	48.089	6.583	49.878
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(230.869)	(357.365)	(230.869)	(357.365)
Debêntures	(57.160)	(88.910)	(57.160)	(88.910)
Derivativos	(8.687)	(2.142)	(12.263)	(2.273)
	<u>(197.283)</u>	<u>(222.206)</u>	<u>(200.859)</u>	<u>(205.414)</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/redução em %	Efeito, em reais, no lucro antes da tributação
30/09/2016	-25	(1.010)
	-50	(2.020)
30/09/2015	-25	(2.621)
	-50	(5.242)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira do Grupo.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos cinco meses. O Grupo não tem

Notas Explicativas

exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários do Grupo em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de swap e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e “NDFs”. As operações consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré-fixada de 0,98 % (31 de dezembro de 2015: 0,39%).

30 de setembro de 2016	Valor <i>Notional</i> (Reais)	Valor justo		Resultado no exercício
		Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	
Risco de taxa de câmbio				
Instrumentos financeiros Derivativos	148.823	6.468	8.687	(59.101)
	Circulante	<u>5.830</u>	<u>6.597</u>	
	Não circulante	<u>638</u>	<u>2.090</u>	

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia registrou um resultado financeiro financeiro negativo de R\$ 59.101.

A controlada Cipolin contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações de moeda em suas operações de venda de trigo. No período findo em 30 de setembro de 2016, não havia derivativos da posição comprada (31 de dezembro de 2015: R\$ 73.020). Não houve saldo de instrumentos financeiros derivativos ativos (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.659), enquanto que os instrumentos financeiros derivativos passivos totalizaram R\$ 3.576 (31 de dezembro de 2015: R\$ 131). A controlada apurou uma perda de R\$ 16.716 (31 de dezembro de 2015: ganho de R\$ 16.140) registrada no resultado financeiro (Ajuste a valor de mercado).

Abaixo segue demonstrativo de que os empréstimos e financiamentos são 100% garantidos por meio de contratos de swap.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	148.823	205.778	148.823	205.778
Fornecedores	63.855	7.297	84.793	31.075
Contrato de swap (b)	<u>(148.823)</u>	<u>(205.778)</u>	<u>(148.823)</u>	<u>(205.778)</u>
Exposição líquida (a-b)	<u>63.855</u>	<u>7.297</u>	<u>84.793</u>	<u>31.075</u>

Notas Explicativas

	Aumento/ redução em %	Efeito no lucro antes da tributação	
		Controladora	Consolidado
30/09/2016			
Reais	25	51.812	68.801
	50	103.624	137.602
31/12/2015			
Reais	25	7.122	30.331
	50	14.244	60.662

Risco de preço de commodities

O Grupo é afetado pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas *commodities*, o Grupo desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

O Grupo monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

O Grupo buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. O Grupo opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

31.2.2 Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia contava com quinze clientes (31 de dezembro de 2015: quinze clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 35,9% (31 de dezembro de 2015: 33,0%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 61% (31 de dezembro de 2015: 66%) vêm operando com o Grupo por mais de 2 anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas

Notas Explicativas

características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia desde sua implantação em 2005.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Clientes - Atacado	135.715	125.852	135.715	125.852
Clientes - Varejo	40.421	32.919	40.421	32.919
Outros clientes	7.104	7.222	28.386	32.820
(-) Provisões	<u>(25.639)</u>	<u>(13.333)</u>	<u>(25.639)</u>	<u>(13.333)</u>
	<u>157.601</u>	<u>152.660</u>	<u>178.883</u>	<u>178.258</u>

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2015: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra, Caixa e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

31.2.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

Notas Explicativas

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos são apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 20 e 21.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia realizou um aumento no capital social mediante a capitalização de reserva de incentivos fiscais do reinvestimento do imposto de renda.

No exercício findo em 31 de dezembro 2015 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houveram alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

32 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Modalidade:		
Responsabilidade civil	16.000	8.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	178.444	143.035
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	<u>145.566</u>	<u>136.233</u>
	<u>340.010</u>	<u>287.268</u>

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

J.Macêdo S.A.

Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da J.Macêdo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Fortaleza, 8 de novembro de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto

Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE